



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **34 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 31 de agosto de 2011

AMAZONAS EM TEMPO Selo Amazônico é divulgado em evento no Pará	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Presidente diz esperar "juros cadentes"	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo dá incentivo para salvar etanol	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Governo quer facilitar ida de indústrias para as ZPEs	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Governo faz pressão sobre o Uruguai	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Ministério da Fazenda pede emenda ao Supersimples	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dilma pede juros menores; líderes querem 'nova CPMF'	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Superávit maior não é ajuste fiscal, diz analista	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo já discute volta do imposto do cheque	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
TRIBUNA DO NORTE - APUCARANA Pimentel defende redução de índice obrigatório para criação de ZPE's	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE Ajuda para o tablet nacional	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ÚLTIMO SEGUNDO Dilma 'começa a ver' chance de redução do juro	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO DIA Suframa e Fapeam realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VEJA ONLINE Plástico verde ganha mercado e atrai investimentos	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL Brasil precisa fortalecer indústria para enfrentar crise, diz Pimentel	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Aberta seleção para Salão de Negócios Criativos da Feira Internacional da Amazônia	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO RJ Exaustão fiscal exige juros e impostos mais baixos	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ONLINE Fortalecimento fiscal cria condições para queda de juro, diz Pimentel	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Dilma define novas prioridades	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	

VALOR	
Balanços mostram desaquecimento	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Ministro vê no fortalecimento da indústria a saída contra a crise	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Fortalecimento da indústria é a saída para enfrentar crise externa	27
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Camex reduz imposto de três mercadorias do Mercosul que não são fabricadas no Brasil	29
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS	
SUFRAMA e FAPEAM realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011	30
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS	
SUFRAMA e FAPEAM realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011	31
VEICULAÇÃO NACIONAL	
GOVERNO DO AMAZONAS / SITE	
Embaixador da Turquia anuncia interesse de empresários turcos em investir no Polo Industrial de Manaus	32
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM	
Medida fiscal cria condições para baixar juro, diz ministro	33
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA	
Dilma quer prioridade no fim dos apagões no AM	34
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA	
Ministro garante manutenção de incentivos da ZFM no 'Plano Brasil Maior'	36
VEICULAÇÃO NACIONAL	
IG NOTÍCIAS	
Camex reduz imposto de três produtos do Mercosul	37
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM	
Basa e Afeam dipõem de mais de meio bi em microcrédito	38
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL SUFRAMA	
SUFRAMA e FAPEAM realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011	39
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL SUFRAMA	
Selo Amazônico é divulgado em evento no Pará	40
VEICULAÇÃO NACIONAL	
B.ONLINE	
Associação capacita deficientes auditivos para área de TI	41
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Selo Amazônico é divulgado em evento no Pará		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Membros da coordenação do programa de Avaliação da Conformidade para produtos Manufaturados com Matéria-Prima da **Amazônia** Brasileira, mais conhecido como Selo Amazônico, participaram nesta terça-feira (30) da Reunião **Regional** e Orçamentária – Norte, da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ/Inmetro), que acontece em Belém (Pará). O objetivo foi divulgar o projeto, idealizado pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (SUFRAMA)** e que conta com a parceria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), órgão responsável por acreditar o programa.

A execução do projeto está a cargo da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) por meio do Comitê Selo Amazônico. A participação da coordenação do Comitê na reunião marcou o início dos trabalhos de divulgação do programa nos Estados da **Amazônia** Brasileira (Acre, **Amazonas**, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

De acordo com a coordenadora do projeto pela **Fucapi**, Hyelen Gouvêa, o resultado foi extremamente positivo. Representantes dos Institutos Estaduais de Pesos e Medidas (IPEMS) do Amapá, **Amazonas**, Pará, Rondônia e

Roraima demonstraram interesse em marcar reuniões para divulgação do projeto em seus Estados. “A adesão por parte dos IPEMs foi dentro do esperado. Agora, vamos dar andamento ao processo e providenciar o agendamento das novas reuniões o quanto antes a fim de firmar novas parcerias”, disse a coordenadora, ressaltando que “através dessa certificação poderá ser feito um melhor **monitoramento** de matéria-prima, minimizando assim a depreciação da marca ‘**Amazônia**’ e tudo o que está por trás dela”.

O projeto Selo Amazônico foi criado com o intuito de agregar valor aos produtos da região Amazônica, visando garantir o **monitoramento** quanto à qualidade, segurança, requisitos ambientais, econômicos, sociais e procedência da matéria-prima. No mês de julho, foi firmado termo de cooperação técnica entre a **SUFRAMA** e o INMETRO para a criação do Programa de Certificação de Produtos da **Amazônia** Brasileira.

A Reunião **Regional** e Orçamentária Norte, da RBMLQ/Inmetro, é o evento de maior visibilidade do setor na **Amazônia** e visa promover a divulgação, discussão e troca de informações sobre temas relacionados à metrologia, normatização e qualidade industrial.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Presidente diz esperar "juros cadentes"		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após anunciar economia maior para pagar dívida, Dilma afirma que governo abriu espaço para corte na taxa Expectativa do Palácio do Planalto é que BC indique, após reunião hoje, disposição para reduzir os juros logo

DE BRASÍLIA

DO ENVIADO A CUIRA E GARANHUNS (PE)

Embora guarde poucas expectativas sobre uma redução da taxa básica de juros hoje, a presidente Dilma Rousseff espera ao menos que o BC (Banco Central) sinalize sua disposição em fazer um corte em outubro.

Ontem, ela afirmou que o aumento da poupança do governo para o pagamento da dívida pública abre caminho para a queda na taxa, atualmente em 12,5% ao ano.

"Queremos que, a partir deste momento, comecemos a ter no horizonte a possibilidade de redução de juros no Brasil", afirmou Dilma a rádios de Pernambuco.

Segundo a Folha apurou, o Palácio do Planalto espera que o BC sinalize que pretende iniciar em breve um ciclo de alívio nos juros. A taxa vem sendo elevada desde janeiro, como estratégia para desacelerar a economia e combater a inflação.

A sinalização poderia vir hoje, na breve nota que é divulgada após a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que fixa o juro.

Ou então, na ata do encontro que explicará as razões da decisão, na semana que vem.

Dilma afirmou a interlocutores que o governo fez sua parte ao elevar em R\$ 10 bilhões a meta fiscal do governo na última segunda-feira. Os recursos virão de uma arrecadação maior.

Ao optar por não liberar esse montante extra para gastos de Ministérios, a presidente espera que o BC responda ao aceno em breve.

Ministros e técnicos disseram à Folha que o anúncio sobre o aumento da meta foi milimetricamente calculado.

O objetivo era que ele ocorresse antes da reunião do BC.

Os mais céticos integrantes da equipe de Dilma não veem chances de um corte agora na taxa por conta da pressão inflacionária prevista para setembro. Os mais otimistas acham que há espaço.

As manifestações da presidente sobre os juros insinuam tolerância a uma eventual manutenção da Selic hoje. Mas indicam, por outro lado, que a paciência tende a ser menor no médio prazo.

Dilma está convencida de que tem nas mãos a chance de inverter a lógica da política econômica e, por meio do controle fiscal, induzir o BC a iniciar a queda nos juros.

"Eu não posso dizer quando nós vamos ter isso, mas eu te asseguro que nós abrimos o caminho, nós queremos que os juros sejam cadentes, que comecem a cair", afirmou, no Nordeste.

Uma frase do ministro Fernando PIMentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio) resumiu o pensamento que predomina na Esplanada: o ambiente fiscal permite redução nos juros, "se não agora, em um futuro próximo".

Nos bastidores, o PT e os movimentos sociais, que formam a base eleitoral mais sólida do governo, veem o aperto fiscal como aposta de risco, pois deixa o sucesso da medida nas mãos do BC.

Tanto que grupos de apoio ao governo já avisaram: o Planalto terá de administrar motins e até reclamações públicas se o Copom não se seduzir, rapidamente, com a mensagem do governo.

Nesse caso, o clima de tensão visto em 2003 seria reeditado. À época, o Ministério da Fazenda, ocupado por Antonio Palocci, virou alvo de fogo amigo, enquanto Lula era poupado. Dilma, dizem, não seria tão preservada. (NATUZA NERY, VALDO CRUZ e FÁBIO GUIBU) |

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo dá incentivo para salvar etanol		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pouco investimento e produção em crise forçam redução de PIS/Cofins na venda de cana e créditos do BNDES

Ministério calcula queda de 5,6% da produção de cana nesta safra; ociosidade nas usinas é de 25%

ANA CAROLINA OLIVEIRA

SOFIA FERNANDES

DE BRASÍLIA

Com o objetivo de estimular a produção de etanol e evitar a falta do combustível, o governo deverá anunciar nos próximos dias a redução de tributos para as indústrias produtoras de álcool.

Segundo o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, haverá a redução de PIS/Cofins na venda de cana destinada somente para a produção de etanol.

Essa medida já vale para as empresas de cana produtoras de açúcar, disse ele.

O governo também vai abrir linha de financiamento para renovação e para novas áreas de cultivo de cana.

Segundo Bertone, esse financiamento terá taxas de juros mais baixas. Para financiar a estocagem, a taxa de juros será de 7% ao ano e os recursos serão do **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Banco do Brasil.

A Folha apurou que, para liberar o crédito, o governo exigirá das empresas contrapartidas no sentido de reduzir custos e modernizar a produção da cana.

A tendência é que os produtores assinem um termo de compromisso assegurando que irão investir mais em modernização das lavouras, otimizando o processo de plantio, fertilização e colheita.

O diagnóstico do governo é de que as lavouras brasileiras estão tecnologicamente defasadas, precisam reduzir custos e melhorar a qualidade da cana plantada.

"Queremos aumentar o volume de financiamento, a taxas de juros mais adequadas, de modo que os canaviais possam ser renovados na sua plenitude", afirmou Bertone.

SAFRA

O governo divulgou ontem uma redução de 5,6% da produção de cana-de-açúcar para a safra 2011/2012 em relação à safra anterior.

Devem ser moídos 588,9 milhões de toneladas do produto, contra 623,9 milhões de toneladas na safra passada.

Do total, 51% serão usados para a produção de etanol, sendo que 14,5 bilhões de litros são do tipo hidratado e 9,1 bilhões do anidro.

Segundo Bertone, há uma capacidade ociosa nas usinas de 25%. Há capacidade de processar a cana, o que falta no país é cana plantada.

Fenômenos climáticos como a escassez de chuvas em maio e geadas em São Paulo, Mato Grosso e Paraná prejudicaram os resultados, afirmou o diretor de política agrícola da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Silvio Porto.

O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, Paulo Miranda, estima um cenário ainda pior.

Miranda acredita em redução de 18% da safra deste ano em relação à safra passada.

Para ele, as medidas do governo só terão efeito no preço dos combustíveis no longo prazo. "Essa crise no etanol vai demorar entre três e quatro anos para ser contornada", disse.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo quer facilitar ida de indústrias para as ZPEs		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio** exterior apoiará reivindicações de parlamentares e empresários para maior flexibilidade da Receita Federal na regulamentação das Zonas de Processamento de **Exportações** (ZPE) e na fiscalização de pequenas empresas, disse o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando Pimentel, em audiência ontem na Comissão de Assuntos econômicos (CAE) do Senado. Ele informou que apoia o projeto do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), criando free shops nas fronteiras secas do país para que brasileiros possam comprar em território brasileiro **mercadorias** hoje adquiridas nos países vizinhos.

"Se depender de nós, o governo apoiará essa iniciativa", disse Pimentel. Segundo a senadora Ana Amélia (PP-RS), as lojas uruguaias em uma das fronteiras faturaram em um ano US\$ 600 milhões.

Pimentel afirmou que quer modificar a regulamentação das ZPEs, para reduzir exigências feitas para instalação de empresas nessas áreas com incentivos fiscais. A exigência de que se crie uma empresa nova para instalação nas ZPEs prejudica companhias de longa tradição de **exportação**, com clientes já garantidos no exterior, comentou o ministro, que também defende reduzir a exigência de 80% do faturamento com **exportações** para empresas beneficiadas pelas ZPEs.

"Quase nenhuma empresa brasileira consegue **exportar** hoje 80% da sua **produção**", disse. "Se mantivermos essa posição, que é da lei original das ZPEs, que tem mais de 30 anos, nós inviabilizamos a criação de qualquer Zona de Processamento de **Exportação**", disse Pimentel.

O senador Jorge Viana (PT-AC), ex-governador do Acre, apresentou ontem projeto de lei para alterar a lei das ZPEs, justamente com o objetivo de reduzir de 80% para 60% o percentual mínimo de **exportação** das empresas instaladas nessas áreas de livre **comércio** com o exterior, localizadas em regiões de fronteira. Viana defende que, nessas regiões, as empresas de ZPE possam destinar uma parcela maior da sua **produção** ao **mercado** interno.

Segundo Viana, a Lei das ZPEs deveria ter levado em conta as peculiaridades de cada localidade, para contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais. "As desvantagens da localização de um empreendimento na faixa

de fronteira da região Norte reduzem a atratividade para os investidores", disse. O aumento de 20% para 40% no limite da receita bruta auferida com vendas no **mercado** interno pode ser um atrativo, segundo o senador. O petista apresentou depois que o ministro defendeu mudanças na legislação das ZPEs.

O ministro também acusou de "ineficiente e improdutivo" a fiscalização da Receita sobre as chamadas "obrigações acessórias" - exigências como padronização de escrituração contábil e preenchimento de formulários de informações, para beneficiados do SuperSimples. Os fiscais devem se concentrar na verificação do pagamento de tributos, defendeu, ao apoiar intervenção do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que anunciou a intenção de apresentar projeto para obrigar o governo a anunciar com seis meses de antecedência a criação de novas obrigações.

O ministro defendeu "paciência estratégica" com a Argentina, ao responder a senadores preocupados com as barreiras impostas a produtos brasileiros na fronteira. Ele garantiu que tem um "pacto de convivência" com o governo argentino e que tem sido atendido nos pedidos feitos, caso a caso, para liberar produtos barrados pelas alfândegas do vizinho. "Temos de fato uma situação delicada com a Argentina, mas é nosso principal parceiro e nossa balança tem sido superavitária para o Brasil", argumentou Pimentel.

"O **Mercosul** chegou a seu limite e dificilmente vai avançar se manter o tamanho que tem hoje", disse o ministro. Ele defendeu que as discussões de integração comercial e de logística sejam deslocadas para a União das Nações da América do Sul (Unasul).

Pimentel disse que "dificilmente" há outro país com tantas condições de atravessar a crise internacional como o Brasil, e apontou como argumentos a sólida situação macroeconômica, a abundância de recursos naturais, o **mercado** interno vigoroso, entre outros.

Para Pimentel, há grandes "mudanças estruturais" na geoeconomia mundial, com a emergência dos países asiáticos como principal polo econômico, com capacidade de **produção** de todos os bens manufaturados relevantes, a valorização dos

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Governo faz pressão sobre o Uruguai		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De Brasília

O **Governo Federal** fará pressão para que o Uruguai aceite negociar cotas de exportação de leite para o Brasil. Por enquanto, Montevideú entende que as quantidades vendidas ao país são muito pequenas para serem controladas. Essa percepção esbarra nos produtores brasileiros, que exigem uma limitação do produto vindo do Mercosul com preços mais baixos.

O representante da Subcomissão do Leite, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), disse ontem que o governo não hesitará em fazer pressão para que essa negociação saia do papel. "O Brasil tem centenas de formas de chamar o Uruguai para a mesa de negociações", afirmou Moreira.

Ontem, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, reuniu-se com o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alessandro Teixeira, para discutir problemas de concorrência com países do Mercosul nos segmentos de leite, arroz, suínos e derivados de uva. Durante o encontro ficou acertado que os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento, da Fazenda e o Itamaraty

vão estruturar algumas ações para aumentar a competitividade dos produtores brasileiros.

Mendes Ribeiro cobrou um conjunto de ações em até 30 dias. O intuito é fazer com que as mudanças tenham efeito ainda no ano de 2011. Além disso, ficou decidida a realização de uma audiência com a iniciativa privada para a discussão do assunto.

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), disse que não poderá haver aumento dos preços nas prateleiras. Caso o consumidor seja afetado, as importações irão aumentar ainda mais. Segundo ele, apoiou os produtores nacionais e disse que o Ministério vai acompanhar toda a negociação.

Para o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim, é impossível ser competitivo em um mercado sem a restrição das cotas, pois isso desestimula a cadeia produtiva brasileira.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Ministério da Fazenda pede emenda ao Supersimples		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Ministério da Fazenda decidiu incluir no projeto de lei que institui o Supersimples uma emenda "contrabando" que permite a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) nos serviços aeroportuários.

O projeto de lei complementar que trata do Supersimples, previsto para ser apreciado hoje no plenário da Câmara dos Deputados, tem como principal objetivo ampliar o enquadramento na Lei Geral das Micro e Pequenas. Ele prevê o aumento do teto do empreendedor individual de R\$ 36 mil a R\$ 48 mil, da microempresa de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil e da empresa de pequeno porte de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões.

O governo, contudo, aproveitou-se para tratar de um projeto de lei complementar -assim como a lei Geral do ISS- para definir que os serviços aeroportuários também são passíveis de cobrança do tributo pelos municípios.

Hoje, há uma discussão jurídica sobre a obrigatoriedade ou não desta cobrança, o que faz com que, na prática, nenhum aeroporto pague o imposto. De olho nas concorrências públicas que fará em alguns aeroportos do país, o governo não quer deixar dúvidas de que o ISS será devido pelas empresas que vencerem as concessões.

Se entrar mesmo na pauta de votações no plenário, deve gerar polêmica a inclusão de novos segmentos no rol de possíveis beneficiários do Supersimples. O governo é contra novas inclusões, como boa parte profissionais liberais e outras atividades consideradas como "intelectuais", tais como médicos, advogados, tradutores, corretores de seguros, engenheiros e escritores. Nenhum deles entrou na redação final do projeto.

No entanto, deputados do PMDB já elaboravam ontem uma emenda para incluí-los. Como a tendência de aprovação era grande, parlamentares ligados ao PT diziam que iriam negociar até o último instante com o governo essas inclusões. "Estou tentando convencer o governo a fazer um acordo", afirmou o presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, Cláudio Puty (PT-PA), relator do projeto.

Outro ponto que merecerá atenção é quanto à substituição tributária. Ontem mesmo governadores já acionaram alguns deputados das bancadas de seus Estados alertando contra o dispositivo que, segundo eles, incentiva a sonegação. O item, porém, deverá ser mantido. (CJ)

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma pede juros menores; líderes querem 'nova CPMF'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Analistas, no entanto, acreditam que BC hoje deve manter taxa

Na véspera da divulgação da nova taxa básica pelo Banco Central, a presidente Dilma Rousseff defendeu ontem abertamente a redução dos juros. Os analistas, no entanto, são unânimes ao prever que a taxa de 12,50% ao ano será mantida hoje pelos diretores do BC, diante da preocupação com a inflação, que encosta em 7% nos últimos 12 meses. A declaração de Dilma foi dada no dia seguinte ao anúncio de que o governo poupará mais R\$ 10 bilhões para engordar o superávit fiscal e ajudar o país a manter a expansão econômica. "A melhor resposta à crise é o crescimento do país, mas também precisamos melhorar as condições nas quais nós crescemos. Se tem uma coisa que o Brasil quer é que haja diminuição de impostos. Não posso dizer quando vamos ter, mas abrimos o caminho para ter isso e queremos ter juros que comecem a cair", disse a presidente. Apesar disso, governo e partidos aliados já discutem no Congresso fontes alternativas de financiamento para a Saúde, que podem trazer de volta a CPMF ou até mesmo a legalização dos bingos para aumentar a arrecadação no setor.

"Que os juros comecem a cair"

Presidente Dilma diz que governo abriu caminho para redução da taxa básica. BC anuncia decisão hoje

Letícia Lins

Fabiana Ribeiro

Às vésperas do anúncio da decisão do Banco Central (BC) para os juros básicos da economia (a Selic), a presidente Dilma Rousseff defendeu ontem o corte da taxa. Segundo ela, o país está criando condições para a redução, que, afirmou, é necessária para o crescimento do país. Atualmente em 12,5% ao ano, a Selic está no topo do ranking das maiores taxas reais do mundo. A reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom) começou ontem e termina hoje, com o anúncio da decisão, e os analistas são unânimes ao prever que a taxa será mantida, diante da preocupação com a inflação, que, acumulada em 12 meses, já chega a 7%. A expectativa é de corte na próxima reunião, nos dias 18 e 19 de outubro, mas,

por outro lado, economistas veem a atual diretoria do BC mais suscetível a pressões políticas.

- A melhor resposta à crise é o crescimento do país, mas também precisamos melhorar as condições nas quais nós crescemos. Se tem uma coisa que o Brasil quer é que haja diminuição de impostos. Não posso dizer quando vamos ter isso, mas abrimos o caminho para ter isso e queremos ter juros que sejam cadentes, que comecem a cair - disse Dilma, em viagem a Pernambuco.

Dilma afirmou que a economia suplementar de R\$10 bilhões anunciada na última segunda-feira pelo governo abre caminho para isso. Ela garantiu que a redução nos gastos não vai afetar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nem os programas sociais:

- Esses R\$10 bilhões preferimos utilizar para abrir um novo caminho, além do caminho de aumentar o investimento, é um caminho que achamos que é muito importante: queremos que, a partir deste momento, comecemos a ter no horizonte a possibilidade de redução de juros no Brasil - disse em entrevista a rádios de Pernambuco.

"Dilma é condutora da política econômica"

Na avaliação de Antonio Correa de Lacerda, professor da PUC São Paulo, Dilma é, "a cada dia, a condutora da política econômica do país". E dá o recado de que sua diretriz é austeridade fiscal com corte de juros.

- As opiniões de Dilma pesam, sim. Mas a integridade do BC está garantida - disse ele, acrescentando que o mercado já está reduzindo as projeções do juro real. - E isso também é resposta de um cenário mundial que indica que, com a queda das commodities em 10% nos últimos meses, a inflação deve ceder. Vamos importar desinflação dos países desenvolvidos.

Os contratos que projetam juros no mercado futuro incluem a possibilidade de queda já agora. Para Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora, as apostas antecipam uma tendência de corte na taxa de juros no médio prazo em parte porque investidores apostam na pressão política sobre o BC.

- As falas no ministro da Fazenda e do presidente do BC não desmentem a tendência de cortes no médio prazo - concorda Inês Filipa, economista-chefe da Icap Brasil.

Alessandra Ribeiro, economista da Tendências Consultoria, afirma que o BC parece suscetível a pressões pela queda da Selic ainda neste ano. Para ela, a atual gestão do BC é menos dura no combate à inflação do que a anterior e entenderia que um pouco mais de inflação com mais crescimento não seria tão mau.

- Se o BC aceitar a pressão política, pode errar - pondera Alessandra, lembrando que uma perda de controle no combate à inflação pode exigir forte aumento dos juros no futuro.

Segundo Luis Otávio Leal, economista do ABC Brasil, uma redução de juros poderia ser uma decisão precipitada. Para ele, a crise não deve dar um freio na inflação, que continua elevada - especialmente a de serviços.

- Essa pressão de Dilma é normal. E aconteceu o mesmo no governo Lula. Por isso, o BC, com um corpo técnico altamente qualificado, vai ter capacidade de tirar essa pressão política e tomar a sua decisão - disse Leal, acrescentando que não há garantias de que a crise atual vai se agravar e que, assim, a inflação brasileira poderia cair. - Reajustes salariais vão fazer ainda mais pressão.

Segundo Dilma, para reagir à crise mundial, é preciso assegurar o **mercado** interno, que permite que o país conte com as próprias forças, afirmou. Ela defendeu medidas para proteger a indústria nacional:

- Estamos protegendo a indústria brasileira. Hoje temos que ver que o nosso **mercado** interno é um dos que mais crescem. Então, proteger a nossa indústria tornou-se uma questão **importantíssima** para o país.

Dilma voltou a citar as reservas internacionais como uma proteção contra a crise:

- Hoje temos muito mais dinheiro para enfrentar a crise. Temos US\$350 bilhões de reserva. Naquela época (em 2008) tínhamos só US\$220 bilhões. Temos crédito suficiente para, se houver qualquer problema internacional, a gente garanta recursos para as nossas empresas e não deixe faltar recursos para o país crescer.

Dilma desembarcou em Caruaru, a 130 quilômetros de Recife. Em seguida, viajou para Cupira, na região agreste do estado, de onde seguiu para Garanhuns, a 230 quilômetros da capital. Durante encontro com jornalistas locais, Dilma se atrapalhou sobre o nome da cidade a ser visitada, que chamou de "Curupira", nome de um personagem do folclore que tem os pés virados para trás.

- Nós vamos manter todos os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, o Minha Casa Minha Vida, as obras da Copa, as barragens de Curupira, o Bolsa Família, todos os programas sociais.

COLABOROU: Vinicius Neder

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Superávit maior não é ajuste fiscal, diz analista		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Economia de R\$10 bi se deve a fatores isolados

BRASÍLIA. A economia adicional de R\$10 bilhões que o governo se comprometeu a fazer este ano para pagar juros da dívida pública - a fim de dar ao Banco Central (BC) mais espaço para reduzir os juros - passa longe de um ajuste fiscal efetivo. O aumento da meta de superávit primário de 2011, de R\$117,9 bilhões para R\$127,9 bilhões, foi possível graças a receitas extraordinárias e à desaceleração dos investimentos do **Governo Federal**, que caíram 2,4% entre janeiro e julho.

Segundo dados do **Ministério** da Fazenda, somente em junho e julho entraram na conta do Tesouro R\$14,8 bilhões em receitas extraordinárias decorrentes do Refis da Crise (programa de parcelamento de dívidas vencidas) e de uma multa paga pela Vale após derrota judicial referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Técnicos da Receita admitem que o Refis da Crise vai continuar ajudando a encher os cofres e que outras empresas terão de recolher tributos questionados na Justiça.

Do lado dos investimentos, este ano foram pagos R\$24,5 bilhões, apenas 36% da dotação autorizada para 2011, de R\$68,4 bilhões. O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, garante que essas despesas voltarão a subir. Mas será um desafio gastar em meio à paralisação de órgãos **importantes** como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) por causa de escândalos. Os investimentos

deste caíram 65,2% de junho (R\$532,2 milhões) a agosto (R\$185 milhões).

- O que o governo está fazendo não é um ajuste fiscal efetivo e de qualidade, com redução de gastos com custeio. Trata-se basicamente de guardar uma receita extra que entrou no caixa - afirma Felipe Salto, economista da consultoria Tendências.

Ele ressalta que a medida é positiva a curto prazo, pois reduz pressões inflacionárias, mas não tem potencial para acelerar a queda dos juros agora.

Embora o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tenha afirmado que o governo tentará cumprir a meta fiscal cheia - sem abatimentos de gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - este ano e em 2012, Salto não acredita que isso ocorra:

- O primário terá que ser menor no ano que vem.

O Orçamento de 2012 já tem quase R\$70 bilhões engatilhados, como R\$23 bilhões para reajuste do salário mínimo e R\$18,5 bilhões para a nova política industrial. Mas vários projetos em tramitação no Congresso têm potencial de gastos superior a R\$150 bilhões, como a emenda 29, que fixa os investimentos em saúde em 10% do **PIB**. Os desembolsos livres estão hoje em 7% do **PIB**. Considerando um **PIB** de R\$4 trilhões (o de 2012 deve ser maior), seriam R\$120 bilhões a mais. (Martha Beck)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo já discute volta do imposto do cheque		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO		ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sem dinheiro para a Saúde, parlamentares estudam criação ou elevação de tributos e até legalização dos bingos

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Sem conseguir demover os partidos de votar a regulamentação da Emenda 29 no próximo dia 28 de setembro, governo e partidos aliados já discutem fontes alternativas de financiamento para a Saúde, inclusive a volta de uma espécie de CPMF, o imposto do cheque. As propostas incluem criação de imposto ou mesmo aumento de impostos já existentes, e até mesmo a legalização dos bingos citada por alguns.

A recriação da CPMF - na forma da Contribuição Social da Saúde (CSS) - foi defendida ontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), mas foi descartada pelo líder do PMDB na Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (RN) e a oposição. A estratégia do Palácio do Planalto, segundo governistas, é construir até o dia 28 uma proposta nova, que seria apresentada com urgência sob a forma de um novo projeto.

Hoje, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, deve se reunir com líderes para discutir alternativas. A ideia é chamar os governadores - que são contra a regulamentação porque as novas regras os obrigariam a investir mais em Saúde - para que eles passem a defender uma proposta nova. Alguns no governo querem transferir aos governadores o desgaste de defender um novo imposto.

A legalização dos bingos foi citada por Vaccarezza e o líder do PT na Câmara, Paulo Teixeira (SP), mas o governo é contra essa proposta desde a gestão de Lula. Outra proposta - que tem a simpatia dos líderes - é aumentar o percentual do DPVAT (seguro obrigatório pago pelos motoristas para custear indenizações a vítimas de trânsito) que é destinado à área da Saúde.

Recursos do pré-sal podem ser transferidos à Saúde

As alternativas para financiamento do setor foram discutidas ontem pelos líderes, durante almoço, com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Sobre o DPVAT, hoje cerca de metade do que é arrecadado fica com a União. Segundo dados do Orçamento, em 2011, a previsão é que

R\$2,5 bilhões do DPVAT migrem para o Fundo Nacional de Saúde. A proposta, segundo o deputado Hugo Leal (PSC-RJ), seria aumentar tanto o valor pago pelo motorista quanto o percentual da arrecadação destinado à Saúde. Outra proposta é destinar parte dos royalties do pré-sal para a Saúde.

A vantagem é que a discussão começaria novamente, evitando a votação do texto que está na Câmara e que precisa ainda passar pelo Senado. O maior temor do governo é justamente deixar a palavra final para o Senado, que poderia aumentar os gastos da União com Saúde. Com um novo projeto, a palavra final seria dada pela Câmara.

Vaccarezza defendeu a volta da CPMF depois do encontro com Ideli. Dentro da estratégia do governo, o líder disse ainda que o "ideal" seria a apresentação de uma nova proposta.

- Vamos trabalhar para ter uma alternativa para a Emenda 29. Precisamos de uma fonte extra para a Saúde. A CSS não está fora da mesa. Eu defendo, como deputado (e não como líder) e vou defender no dia da votação. O ideal seria um novo projeto - disse Vaccarezza, afirmando que não se pode "demonizar" esse assunto.

Em seguida, o petista voltou a defender a legalização do jogo. Mas o governo é contra esse tipo de proposta:

- Eu defendo a legalização dos bingos. Mas o que a presidente quer é que não se tenha pressa para tomar essas medidas, mas a realidade é outra. Até o dia 28, acho bom nós do governo termos uma proposta.

Já o líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), disse que o PMDB votará contra a CSS. Na verdade, a Câmara já aprovou o texto principal da regulamentação da Emenda 29, mas ficou faltando justamente um destaque apresentado pelo DEM que inviabiliza a criação da CSS.

- Não há a menor chance de ressuscitar a CPMF. Mas a legalização do jogo é diferente. A votação da Emenda 29 está há três anos aqui, não dá mais para segurar - disse Henrique Eduardo Alves.

A Emenda 29 já está em vigor, mas está pendente sua regulamentação. Falta estabelecer o percentual que a União

deve aplicar no setor, já que hoje municípios devem investir 15% e os estados, 12% de suas receitas líquidas, respectivamente. A proposta que está na Câmara mantém o cálculo atual do piso, sem a criação de uma nova CPMF. Os líderes já têm acordo para derrubar a CSS, que constava do texto original.

Mas o governo teme que, passada a votação da Câmara, o Senado retome o texto que fixa 10% da receita da União para gastos com Saúde, o que é considerado inviável pela equipe econômica. Hoje, a média de gastos é de 6% a 7% da receita.

Oposição reitera que votará contra novo imposto

A oposição avisou que não aceita a criação de um novo imposto.

- Não aceitamos votar uma armadilha: Emenda 29 com CSS. Vamos retomar a campanha contra a CPMF - disse o líder do DEM na Câmara, deputado ACM Neto (BA).

Mais tarde, em encontro com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), Vaccarezza pediu que ele não transformasse a data de 28 de setembro "num cavalo de batalha". Mas ele disse que colocará em pauta a proposta nesse dia. O vice-líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO), disse que Vaccarezza deixou bem claro que o governo não quer votar a regulamentação da Emenda 29. Segundo Caiado, a impressão é que o governo quer retardar a votação ao apresentar uma nova proposta, que começaria do zero.

	VEÍCULO TRIBUNA DO NORTE - APUCARANA		EDITORIA
	TÍTULO Pimentel defende redução de índice obrigatório para criação de ZPE's		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasília - O ministro do **Desenvolvimento** Indústria e **Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, defendeu hoje (30) a redução do percentual obrigatório de 80% de **exportações** para que sejam criadas zonas de processamento de **exportação** (ZPEs). Após participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, **PIM**entel disse que o atual índice inviabiliza a criação das ZPEs.

De ministro do **Desenvolvimento** Indústria e **Comércio** Exterior, medida vai facilitar as operações das empresas brasileiros

"A gente tem que discutir essa questão das ZPEs à luz da nova realidade do **comércio** internacional, porque 80% é um percentual muito alto e nenhuma empresa brasileira, quase nenhuma, consegue **exportar** hoje 80% da sua **produção**. Então, se mantivermos essa posição, que é da lei original das ZPEs, que tem mais de 30 anos, nós inviabilizamos a criação de qualquer zona de processamento de **exportação**", disse o ministro.

Perguntado sobre qual seria, então, o índice adequado, **PIM**entel preferiu não citar um novo patamar para as **exportações** das ZPEs e disse que o setor deve participar da discussão.

Em relação à reunião do Comitê de Política Monetário (Copom), iniciada hoje, e que vai decidir sobre a taxa de juros básicos da economia, a Selic, **PIM**entel ressaltou que o governo tem agido para possibilitar a redução dos juros do país.

"O governo está fazendo um grande esforço para criar as condições necessárias para que o Copom possa começar a reduzir a taxa de juros. Agora, se será nesta ou na outra [reunião], depende do Copom. Mas o esforço fiscal tem esse objetivo, criar condições para que haja uma redução".

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO Ajuda para o tablet nacional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

NEGÓCIOS

Ministros negociam mecanismos que possam viabilizar a produção de iPads no Brasil e assegurar a fábrica anunciada por Dilma.

O governo tem lutado em busca de uma saída honrosa para o anúncio da produção de iPads no país. Em abril, durante visita à China, a presidente Dilma Rousseff garantiu que a empresa taiwanesa Foxconn começaria a entregar as primeiras unidades do tablet produzido no Brasil em novembro deste ano, mas a fabricante tem endurecido a postura e pedido maiores contrapartidas fiscais para o início da atividade - que só deve ser iniciada no começo de 2012, segundo admitiu a empresa. Com o impasse, o assunto voltou à tona ontem, durante reunião realizada entre os ministros Guido Mantega (Fazenda), Fernando PIMentel (Desenvolvimento) e Paulo Bernardo (Comunicações).

Os titulares das três pastas debateram um plano de desoneração de tributos para empresas que tenham interesse em participar da construção de redes de fibra ótica no país. A ideia é zerar a cobrança de tributos como PIS e Cofins para essas companhias. A estimativa é de que a exoneração chegue a R\$ 4 bilhões durante os próximos quatro anos, incentivando investimentos que podem chegar a R\$ 70 bilhões. "Será um impacto significativo, bem considerável, que deve estimular um volume bem grande de investimentos em tevê a cabo, internet e serviços correlatos, de maneira que avancemos bastante nos objetivos do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)", anunciou Paulo Bernardo.

Medida provisória

O projeto deverá ter sua redação final em até uma semana, quando será levado para análise da presidente Dilma Rousseff.

Bernardo afirmou que ainda não há definição sobre o formato do incentivo fiscal e quando ele entrará em vigor. "Se for aprovado como medida provisória, talvez em setembro ou outubro já comece a valer. Mas se a presidente preferir um

projeto de lei, aí ele deverá ser analisado pelo Congresso e seguir os trâmites da Casa", explicou. Para participar do projeto, operadoras de telefonia, por exemplo, terão que atender alguns objetivos: o principal será investir exclusivamente em transmissões via fibra ótica. "Não vamos habilitar tecnologias antigas. Queremos desonerar os equipamentos necessários para as transmissões e as obras necessárias para isso, como túneis, dutos, postes. Tudo será desonerado", garantiu Bernardo.

Além disso, as companhias terão que apresentar contrapartidas. "Nós condicionaremos a habilitação ao atendimento das áreas que estão hoje sem cobertura. Ou seja, quem quiser construir uma rede de fibra ótica na Esplanada dos Ministérios, por exemplo, terá que fazer obras de expansão também no interior do Pará. É isso ou não haverá desoneração", declarou o titular do Planejamento. A ajuda fiscal não estará disponível para os projetos voltados para a Copa do Mundo de 2014, pois o foco é melhorar os serviços do interior do país.

Bernardo reconheceu a defasagem da qualidade do serviço prestado no Brasil e disse que, se não forem realizados novos investimentos, o país pode enfrentar um colapso nos serviços de comunicações. "A internet vai crescer muito nos próximos anos e precisamos de infraestrutura para os serviços. Se não fizermos isso, teremos um congestionamento das redes no futuro", admitiu.

HP ESTUDA ALTERNATIVAS

A empresa de tecnologia HP anunciou, por meio de sua diretoria, que avalia alternativas para a área de computadores pessoais (Personal Systems Group), incluindo a separação do negócio de PCs em um empreendimento independente. De acordo com a companhia, o processo pode ocorrer por meio de desdobramento, situação em que a HP ainda deteria o controle da nova unidade, ou por "outra transação" - que a empresa não detalhou. A HP diz ainda esperar que os projetos a serem avaliados sejam concluídos no prazo de 12 a 18 meses.

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma 'começa a ver' chance de redução do juro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em viagem ao Nordeste, presidente afirmou que melhor defesa contra a crise é o mercado interno brasileiro selo

A presidente Dilma Rousseff afirmou hoje, durante viagem ao Nordeste, que "começa a ver" a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Questionada por jornalistas sobre a elevação em R\$ 10 bilhões da meta de superávit fiscal - dinheiro economizado pelo governo para pagar os juros da dívida pública -, Dilma afirmou que manterá todos os investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa, Minha Vida, as obras para a Copa do Mundo e os programas sociais.

"Esses R\$ 10 bilhões decorrem do esforço que nós fizemos tanto no que se refere ao gasto de custeio como ao gasto de receita", explicou Dilma. "Nós preferimos utilizá-lo para abrir um novo caminho, além do caminho de aumentar o investimento. A partir deste momento, nós começamos a ver a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Hoje, o Brasil pratica as mais altas taxas", acrescentou a presidente, em entrevista a rádios locais ao chegar a Caruaru, no agreste pernambucano. Em seguida, ela seguiu para a cidade de Cupira, a cerca de 180 quilômetros da capital Recife.

Segundo Dilma, um caminho para a queda dos juros e dos impostos está se abrindo. "Já começamos o programa como o Supersimples. Com ele, nós reduzimos os impostos e aumentamos o limite das rendas. Isso vai permitir que as pessoas, ao invés de declararem pelo imposto presumido,

declararem pelo Supersimples, que reúne todos os impostos e os torna menores."

Crise internacional

A presidente também defendeu cuidados com o mercado interno e os investimentos no País como uma defesa em relação à crise econômica internacional. "A melhor defesa contra a crise é o nosso mercado interno. É ele que permite ao País manter seus empregos e sua economia crescendo. A melhor defesa contra a crise é o crescimento, mas precisamos melhorar as condições, e o Brasil quer a diminuição dos impostos".

Dilma alertou sobre importações indesejadas. "Nosso mercado interno é um dos mais vigorosos. Se torna importante proteger esse mercado e garantir que não usem mecanismos desleais de preços para chegar ao País e destruir toda uma linha de produção", disse a presidente, alertando sobre o problema do consumo em baixa nos países ricos.

"Os países desenvolvidos prejudicam o Brasil, porque não têm onde colocar seus produtos, não têm consumidor consumindo e não têm emprego suficiente. Quando isso acontece nos Estados Unidos, União Europeia e Japão, somos invadidos por uma quantidade imensa de produtos baratos. Temos que ter consciência que devemos defender nossa indústria," disse, apontando como saída a redução dos impostos e a melhoria do crédito e das taxas de juros.

	VEÍCULO JORNAL DO DIA		EDITORIA
	TÍTULO Suframa e Fapeam realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Projetos de produtos e serviços com caráter inovador e de interesse para o desenvolvimento sustentável da região podem ser inscritos, até o dia 30 de setembro, na seleção do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos. As propostas escolhidas irão garantir participação na maior vitrine de produtos e serviços da região, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro, em Manaus (Amazonas).

O Salão de Negócios Criativos é uma realização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Em sua terceira edição, o Salão é uma das atrações da FIAM 2011 e tem por finalidade viabilizar a transferência de capital para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional. Em sua programação consta a realização do Fórum de Investidores e Exposição de Propostas de Negócios.

Podem participar da seleção de propostas empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As linhas de interesse preferenciais são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias); turismo e outros segmentos na área de biotecnologia, software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e gás, telecomunicações, mineração e eletrônica.

A equipe técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) atuará como parceira nas fases de seleção e enquadramento das propostas apresentadas para verificar o cumprimento de todos os requisitos. Em uma etapa posterior, os planos de negócios serão avaliados por uma Comissão de Seleção Multi-institucional constituída por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) por intermédio do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide) e da própria SUFRAMA. Entre os critérios de avaliação destaque para adequação do projeto à política de desenvolvimento regional da SUFRAMA; potencial mercado lógico do produto/serviço; e mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Serão selecionadas 15 propostas. As inscrições podem ser feitas no protocolo da sede da Fapeam, situada à Travessa do Dera, s/nº, Flores, no horário das 9h às 13h. Os interessados devem ler o edital completo do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos disponível na página eletrônica da Fapeam (<http://www.fapeam.am.gov.br/edital.php?cod=178>) e realizar os procedimentos indicados no item sete. O resultado será divulgado no dia 14 de outubro.

	VEÍCULO VEJA ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Plástico verde ganha <u>mercado</u> e atrai investimentos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por André Magnabosco

São Paulo - Em substituição ao petróleo, a cana-de-açúcar. A migração do combustível fóssil para fonte renovável, inicialmente vista com desconfiança, ganhou novo status no Brasil menos de um ano após o início das operações da primeira fábrica local de resina fabricada a partir do etanol.

O produto, impulsionado pela demanda de embalagens alimentícias e de itens de higiene e beleza e pelo forte apelo mundial por sustentabilidade, deixou de ser visto como um concorrente direto do plástico produzido com petróleo e deu origem a um novo mercado, cujo protagonismo tende a ser brasileiro.

O primeiro passo foi dado pela Braskem, com a instalação de uma fábrica em Triunfo (RS) no ano passado e anúncio de construção de uma nova unidade de resinas em 2013. A americana Dow Chemical e a belga Solvay também têm projetos anunciados para o Brasil, todos com base na cana-de-açúcar e voltados para nichos de mercado. Falamos de um novo produto, que precisa cada vez mais ser diferenciado do produto convencional. É um biopolímero que deve ser comparado com outros biopolímeros, destaca o diretor de Negócios Químicos Renováveis da Braskem, Marcelo Nunes.

A produção de resinas com uso de fontes renováveis ainda é bastante restrita mundialmente, com capacidade total de pouco mais de 700 mil toneladas anuais, segundo dados da associação europeia que acompanha o mercado de bioplásticos. A Braskem é líder, com capacidade anual de 200 mil toneladas de polietilenos (PE) verdes, volume que, entretanto, representa menos de 1% da produção mundial dessa resina. O volume excedente é concentrado principalmente em países do hemisfério norte que utilizam como matéria-prima milho e trigo, entre outros produtos.

Até 2015, a produção mundial de biopolímeros deverá ter um salto de 136%, prevê a European Bioplastics, para 1,7 milhão de toneladas anuais. Caso a estimativa seja confirmada, é previsto que o Brasil seja um dos principais destaques dessa projeção.

Fábrica

O projeto da Solvay de construir uma linha de produção de PVC a partir de fontes renováveis, interrompido durante a crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2008, previa a produção de 60 mil toneladas anuais de eteno verde, a partir de cana-de-açúcar, e capacidade praticamente idêntica de PVC.

A Dow, cujo projeto também ficou interrompido durante a crise, mantém em sigilo a capacidade da fábrica que construirá no Brasil em parceria com a japonesa Mitsui. O plano é ter uma fábrica com escala mundial, conceito que nos padrões de resinas produzidas a partir do petróleo representa uma capacidade mínima de 300 mil a 350 mil toneladas anuais. O projeto, assim como a unidade da Solvay, será abastecido por etanol, o que deverá ampliar a representatividade do produto extraído da cana de açúcar na fabricação total de biopolímeros.

A novidade do projeto da Dow, anunciado no mês passado, será a integração das plantações com a usina e a fábrica de resinas. Modelo semelhante será adotado nos futuros projetos verdes da Braskem - a fábrica em operação em Triunfo é abastecida por etanol produzido nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Para atender a unidade, a Dow e a Mitsui construirão uma usina com capacidade de 240 milhões de litros de etanol. Mas esse volume não atenderá a totalidade da demanda (da fábrica de resina), por isso, o projeto, que ainda está em fase de estudo de engenharia inclui também uma expansão na produção de etanol, diz o diretor de Negócios para Alternativas Verdes e de Desenvolvimento de Novos Negócios da Dow para a América Latina, Luís Ciriál.

O objetivo da Dow é, assim como a Braskem, ter um produto viável financeiramente e capaz de abrir novos mercados para a resina verde. Falamos de um projeto a níveis competitivos globais e de uma tecnologia com espaço muito grande para avançar, diz o executivo.

O avanço virá principalmente do desenvolvimento de novas tecnologias para a rota verde de resinas e das pesquisas sobre a cana-de-açúcar. A produtividade comercial

da cana, que em regiões mais competitivas é de 90 a 100 toneladas por hectare ao ano, poderá atingir 180 a 200 toneladas por hectare ao ano dentro de 10, 15 ou 20 anos , diz o gerente de **desenvolvimento** estratégico do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Jaime Finguerut. A cana de açúcar, segundo o especialista, tem capacidade para produzir em média o dobro de biomassa do milho, o mais próximo dentro seus concorrentes.

Além das perspectivas otimistas, o ambiente atual de preços elevados do petróleo também é um ponto favorável à **produção** de resinas verdes. Acredito que o etanol como substituto da gasolina é perfeitamente viável com o petróleo entre US\$ 40 e US\$ 60 o barril. Hoje, com a alta de custos do etanol, essa janela está mais para US\$ 60 , diz o gerente do CTC.

Retomada

A **produção** de resinas a partir de fontes renováveis é o resgate de uma tecnologia presente na indústria brasileira

na década de 1970 e que teve como principal nome a Salgema, uma das empresas que deram origem à Braskem. Após o movimento de estímulo ao **desenvolvimento** de álcool no Brasil, com a criação do Proálcool, novas políticas federais em relação ao etanol e ao petróleo, juntamente com a trajetória de preços internacionais do petróleo, culminaram com o fim da competitividade da indústria alcoolquímica ao longo da década de 1980.

Três décadas depois, a disparada do petróleo antes da crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2008 voltou a tornar projetos com base em etanol atrativos. Outro ponto determinante para esse movimento foi a disseminação do tema Sustentabilidade entre os consumidores e, por conseguinte, dentro das empresas. No passado, discutia-se o custo do produto e a possibilidade de existir um prêmio para tal. Agora, sabe-se que é possível aplicar esse prêmio , diz Finguerut.

Agência Estado - Uma empresa do Grupo Estado -

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL		EDITORIA
	TÍTULO Brasil precisa fortalecer indústria para enfrentar crise, diz <u>PIM</u>entel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, disse ontem (30), no Senado, que o **Brasil** tem as melhores condições no mundo para superar a atual crise econômica internacional. O ministro ponderou, no entanto, que o país precisa fortalecer a indústria nacional para enfrentar a disputa “predatória” com os produtos estrangeiros.

“Há uma crise internacional, mas não haverá outro país que melhor poderá sair dela do que o nosso. Não faço essa avaliação com otimismo exagerado, mas pela simples análise dos dados que temos”, destacou.

Segundo o ministro, essa condição brasileira para superar os efeitos da crise decorre do sucesso da aplicação da política fiscal. “Somos um dos poucos países do G20 com déficit nominal abaixo de 2% [do Produto Interno Bruto]. Há cinco ou seis países do mundo que têm esse emblema para

mostrar”, destacou. “Temos responsabilidade fiscal acima da média dos outros países”, completou **PIM**entel.

Para aumentar a competitividade e a produtividade da indústria nacional, **PIM**entel disse que o governo pretende atuar, dentro das ações do Plano **Brasil** Maior, em três pontos principais: inovação - aumentando a participação da ciência e tecnologia na **produção** -; tratamento adequado à **produção** local e, por último, com uma política de defesa comercial.

“Estamos preparados, mas estar preparado não significa que a solução está dada. Vamos ter que buscar solução para os desafios que estão colocados. Toda a solução econômica passa por uma instância política e uma negociação política”, argumentou o ministro.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Aberta seleção para Salão de Negócios Criativos da Feira Internacional da Amazônia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS – Projetos de produtos e serviços com caráter inovador e de interesse para o desenvolvimento sustentável da região podem ser inscritos, até o dia 30 de setembro, na seleção do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos. As propostas escolhidas irão garantir participação na maior vitrine de produtos e serviços da região, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro, em Manaus (Amazonas).

O Salão de Negócios Criativos é uma realização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Em sua terceira edição, o Salão é uma das atrações da FIAM 2011 e tem por finalidade viabilizar a transferência de capital para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional. Em sua programação consta a realização do Fórum de Investidores e Exposição de Propostas de Negócios.

Podem participar da seleção de propostas empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As linhas de interesse preferenciais são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias); turismo e outros segmentos na área de biotecnologia, software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e gás, telecomunicações, mineração e eletrônica.

A equipe técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) atuará como parceira nas fases de seleção e enquadramento das propostas apresentadas para verificar o cumprimento de todos os requisitos. Em uma etapa posterior, os planos de negócios serão avaliados por uma Comissão de Seleção Multi-institucional constituída por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) por intermédio do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide) e da própria SUFRAMA. Entre os critérios de avaliação destaque para adequação do projeto à política de desenvolvimento regional da SUFRAMA; potencial mercado lógico do produto/serviço; e mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Serão selecionadas 15 propostas. As inscrições podem ser feitas no protocolo da sede da Fapeam, situada à Travessa do Dera, s/nº, Flores, no horário das 9h às 13h. Os interessados devem ler o edital completo do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos disponível na página eletrônica da Fapeam (<http://www.fapeam.am.gov.br/edital.php?cod=178>) e realizar os procedimentos indicados no item sete. O resultado será divulgado no dia 14 de outubro.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO RJ		EDITORIA
	TÍTULO Exaustão fiscal exige juros e impostos mais baixos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Há controvérsias, mas as opiniões sobre a economia nacional, na maioria, são boas. A presidente Dilma Rousseff afirmou que começa a ver a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Mesmo com a elevação em R\$ 10 bilhões da meta de superávit fiscal, a presidente manterá todos os investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa, Minha Vida, as obras para a Copa do Mundo e os programas sociais. E o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, disse que o **Brasil** ainda não aprendeu a enfrentar a mudança de paradigma industrial que ocorreu no mundo. É que, pela primeira vez, existe um único país, a China, que produz qualquer produto industrializado com um custo menor que a concorrência. Porém, a situação fiscal do **Brasil** é hoje semelhante à da Grécia, alertou o ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco. A diferença, segundo ele, é que, por ter a mais alta taxa básica de juros do mundo, o **Brasil** tem maior facilidade para rolar sua dívida que a média dos países que formam o chamado grupo dos PIGS - Portugal, Itália, Irlanda, Espanha e Grécia.

Os anos passam, os governos se sucedem, os parlamentares prometem e a discussão é forte, mas o que interessa, a reforma tributária, não vem. Os empresários e os trabalhadores pagam impostos, e a infraestrutura, o ensino básico e o Sistema Único de Saúde (SUS) continuam devendo, ao lado de uma lamúria sem fim dos servidores públicos. Quem gera mesmo empregos são as empresas particulares, no entanto, o custo financeiro das obrigações tributárias é maior nas grandes organizações, ou 56,7%. Além de o prazo médio

para recolhimento do **ICMS** ser menor, ele é o que tem maior peso na carga tributária. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para 60,3% dos empresários entrevistados, os impostos consomem mais de 20% do faturamento e o impacto é maior nas empresas de médio porte. Nas empresas de pequeno e de grande porte, esse percentual cai para 59,1% e 57,7%, respectivamente. Mais de 40% das indústrias do País têm o fluxo de caixa afetado porque pagam impostos antes de receberem pelas vendas. Para 41,1% delas, o prazo de recebimento das vendas é superior a 45 dias.

O recolhimento dos tributos federais que mais impacta o fluxo de caixa das empresas, como contribuições previdenciárias e PIS e Cofins, é de 35 dias e 40 dias, respectivamente. Isso afeta a competitividade da indústria brasileira. Como os tributos têm um peso grande sobre o faturamento, o governo deveria recolhê-los, no mínimo, no mesmo prazo que as indústrias recebem pelas vendas. E 53,1% das empresas apontaram o **ICMS** como aquele que mais atinge o fluxo de caixa e precisa ter o prazo de recolhimento ampliado. As contribuições previdenciárias foram apontadas por 48,9% dos entrevistados como o tributo federal que tem maior efeito no fluxo de caixa, com maior impacto para as empresas de menor porte. Entre as grandes empresas, 37,1% apontaram esse tributo como de grande impacto; entre as pequenas, 50,9%; e, entre as médias, 51,7%. Está comprovado, temos legislação demais e impostos além da capacidade contributiva. E quanto mais impostos em empresas formais, menos empregos são gerados. Simples assim, mas tão pouco compreendido.

	VEÍCULO VALOR ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Fortalecimento fiscal cria condições para queda de juro, diz <u>PIM</u>entel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA - Ao mesmo tempo em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central inicia sua reunião, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, acaba de afirmar que está "torcendo para que o Copom balize de forma adequada a nossa elevada taxa de juro".

Em linguagem cautelosa, Pimentel afirmou que o "fortalecimento fiscal" anunciado ontem pelo governo "vem para criar condições para a queda da taxa de juro, se não agora, ao menos para um futuro próximo".

Pimentel participa agora de sessão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado.

A reunião do Copom, já iniciada, ocorre em meio a dia de protestos sindicais em frente a sede do BC. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) iniciou concentração no BC às 11h, e neste momento faz ato pela redução da Selic, atualmente em 12,5% ao ano. Mais tarde, às 15 horas, será a vez da Força Sindical iniciar manifestação pelo corte dos juros, em protesto liderado por seu presidente, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho. A reunião do Copom termina amanhã. (João Villaverde | Valor)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma define novas prioridades		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff ensaia novos passos em direção a uma política fiscal de mais longo prazo, para ser adotada durante seu mandato. Fazem parte das prioridades do governo conter a expansão dos gastos com custeio abaixo do crescimento do PIB, acabar gradualmente, na medida dos vencimentos, com a dívida pública indexada à variação da taxa Selic (as LFTs) e empenhar-se na aprovação do projeto que está no Congresso desde 2007 e que limita o aumento da folha de salários da União.

O objetivo é fornecer ao Banco Central condições estruturais para o início de um ciclo de queda da taxa de juros, aproveitando a oportunidade que a crise nos países centrais abre para o Brasil. Hoje, o BC decide sobre o rumo da taxa básica, de 12,50% ao ano. Ontem, já havia no mercado quem alimentasse a expectativa de o corte da Selic começar agora.

Dilma quer limitar gastos do governo e desindexar poupança

Por Claudia Safatle | De Brasília

O governo prepara um programa fiscal de maior fôlego para ser executado durante o mandato da presidente Dilma Rousseff. O aumento de R\$ 10 bilhões no superávit primário deste ano, anunciado anteontem, foi um passo que marca a decisão da presidente de avançar na organização das contas públicas do país, informaram assessores oficiais.

"A ideia é fazer um programa fiscal crível e exequível para conquistar a confiança da sociedade e, com isso, dar musculatura para o Banco Central (BC) poder reduzir as taxas de juros", disse uma fonte que esteve com Dilma nos últimos dias.

Isso implicará uma série de medidas que devem envolver desde a extinção gradativa da dívida pública indexada à taxa básica de juros, a Selic, à limitação do crescimento do gasto de custeio, por lei, em percentuais inferiores ao crescimento do PIB. Programa-se, ainda, para o próximo ano, a desindexação da caderneta de poupança, que passaria a ser atrelada à Selic.

Assim como o governo se empenhou na votação da criação do fundo de previdência complementar para os

servidores públicos, ele quer, também, induzir o Congresso a aprovar projeto de lei que limita o aumento da folha de salários da União, enviado em 2007. Junta-se a essas iniciativas a possibilidade de preparar outro projeto de lei para frear o aumento dos gastos de custeio.

Nos últimos anos, o custeio (sem as despesas com a folha de salários), cresceram muito acima da variação do PIB. No ano passado, enquanto os gastos com custeio subiram 17,2%, o aumento nominal do PIB foi de 14,8%. Em 2009, a expansão de 14,2% no custeio também foi muito superior ao PIB, e assim por diante. A área econômica gostaria de impor um teto, inferior à performance do produto interno, para a alta dessas despesas.

As LFTs foram criadas em 1986, numa situação de enorme instabilidade, quando se temia uma crise financeira na saída do congelamento de preços do Plano Cruzado. Seria preciso aumentar a taxa de juros para conter a volta da inflação e apenas os títulos públicos com prazos de vencimento superiores a um ano eram indexados a índices de preços.

O governo, na ocasião, optou pela criação de um título indexado à taxa de juros Over/Selic, seguro e com alta liquidez, que sobrevive até hoje. O estoque de LFTs, segundo dados de julho, soma R\$ 552 bilhões, o que corresponde a um terço do total da dívida mobiliária.

O Tesouro Nacional pretende reduzir gradualmente as novas emissões desses papéis. Como cerca de 80% da dívida pré-fixada vence nos próximos quatro anos, a tendência é que, no futuro, ela passe a ter a mesma representatividade, no estoque geral da dívida pública, que os títulos cambiais têm hoje. Esse seria um processo saudável para dar maior espaço aos títulos privados e melhor administração da dívida pública.

A presidente sabe que, para o BC poder reduzir mais a taxa de juros, o governo terá que patrocinar a desindexação da remuneração da caderneta de poupança. A poupança rende, por lei, a variação da Taxa Referencial (TR) mais 6,17% ao ano, além de ser isenta do Imposto de Renda. Essa rentabilidade cria um piso para a Selic.

Em 2009, quando a taxa de juros era declinante, o então presidente Lula se viu diante da possibilidade de bater

nesse piso e criar uma grande migração dos fundos de investimentos para as cadernetas. Para não enfrentar o discurso da oposição, de que ele iria "garfar" a poupança dos mais pobres, a saída foi preparar uma medida temporária: cobrar o IR sobre os depósitos acima de R\$ 50 mil a partir de uma Selic inferior a 10,5% ao ano. À beira de um novo ciclo de redução da Selic, o problema ressurgiu. Não de imediato, mas para 2012.

Esses são alguns dos próximos passos que o governo pensa em tomar. Dilma estaria propensa, segundo interlocutores, a se valer da credibilidade que adquiriu junto à sociedade, nas últimas semanas, para lidar com questões até então vistas como de difícil aprovação no parlamento. A

maneira como lidou com os casos de corrupção mais recentes teria lhe dado apoio popular suficiente para avançar num programa fiscal mais estrutural.

Em novembro de 2005, quando era ministra-chefe da Casa Civil, Dilma classificou de "rudimentar" a discussão sobre um plano de ajuste fiscal de longo prazo, que na época estava em discussão com o então ministro da Fazenda Antonio Palocci, o ex-ministro Delfim Netto e o economista Fábio Giambiagi. Segundo assessores do governo, não foi a presidente que mudou, mas as condições objetivas do país e da economia global.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Balancos mostram desaquecimento		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A desaceleração da economia já deixou marcas nos balanços das empresas. Os resultados das cem maiores companhias abertas no segundo trimestre confirmam que receita e lucro cresceram em um ritmo inferior ao do trimestre anterior. As vendas perderam força e os custos pressionaram os resultados.

O lucro líquido das empresas não financeiras totalizou R\$ 36,4 bilhões no segundo trimestre, alta de 13,7% na comparação com o mesmo período do ano passado, um ritmo muito inferior à expansão de 61,7% verificada no primeiro trimestre.

Balancos acusam desaquecimento

Por Silvia Fregoni, Marina Falcão e Fernando Torres | De São Paulo

A desaceleração da economia começou a deixar de forma clara seus reflexos nos balanços das empresas. Os resultados das cem maiores companhias abertas brasileiras no segundo trimestre confirmam que receita e lucro cresceram em um ritmo inferior ao verificado nos três primeiros meses do ano.

Além do aumento das vendas perder força, os custos e as despesas pressionaram os resultados. Para o terceiro e o quarto trimestres, a expectativa é que o desaquecimento continue e que o peso da inflação comece a diminuir. A dúvida é quando a esperada mudança na política monetária - com a possível redução dos juros - vai de fato se concretizar e ajudar os balanços.

O lucro líquido das maiores empresas não financeiras totalizou R\$ 36,4 bilhões no segundo trimestre e subiu 14% na comparação com o mesmo período de 2010, em um ritmo bem menor que a expansão de 62% verificada no primeiro trimestre, em relação a igual intervalo do ano passado.

O resultado seguiu a trajetória da receita líquida, que avançou 14% no segundo trimestre, para R\$ 284 bilhões, contra crescimento de 21% no primeiro. Os números são de levantamento do Valor Data, com dados informados pelas empresas em IFRS.

"A desaceleração nos resultados das empresas no segundo trimestre já estava no script", avalia Caio Megale, economista do Itaú Unibanco. Para ele, apesar de mais tímidos, os números ainda são vigorosos e, em certa medida, "o desaquecimento foi saudável".

Um vilão dos balanços foi o patamar de custos. Embora tenham subido menos que no primeiro trimestre, os custos ainda cresceram mais que as vendas das companhias, 17%. Por outro lado, o resultado financeiro foi favorável, com queda da despesa financeira líquida, mas ainda assim insuficiente para melhorar os números finais.

As margens brutas e operacionais (antes do resultado financeiro e de impostos), que haviam subido no primeiro trimestre, tiveram queda quase generalizada.

No setor siderúrgico, por exemplo, que sofre com a concorrência do aço importado, as companhias não conseguiram repassar o aumento do minério de ferro e do carvão aos produtos vendidos.

As construtoras e as companhias aéreas também sentiram os custos e as despesas. No primeiro caso, os insumos e a mão de obra tiveram grande aumento. Na aviação, o petróleo pesou, além de menor crescimento de demanda por voos devido à crise. Para controlar custos e fazer frente ao novo cenário, a TAM anunciou ontem, por exemplo, que fez um ajuste nos planos e desistiu de ampliar a frota doméstica no ano que vem.

Mais confortáveis estão companhias de varejo como Pão de Açúcar e Lojas Renner, que mantiveram tanto o ritmo acelerado de crescimento como as margens. Entre as que elevaram menos as vendas, mas aumentaram as margens estão a mineradora Vale e a companhia de bebidas Ambev.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Ministro vê no fortalecimento da indústria a saída contra a crise		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**,
Fernando Pimentel, avalia que nenhum outro país está tão

preparado para enfrentar as turbulências externas como o
Brasil. Mas, defende mais investimento em inovação e a
ampliação da defesa comercial

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Fortalecimento da indústria é a saída para enfrentar crise externa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para ministro Fernando Pimentel, estimular inovação e ampliar política de defesa comercial são melhores apostas

Inovação, estímulo à **produção** e ampliação da política de defesa comercial. Para o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando Pimentel, são esses os três pilares que darão ao **Brasil** capacidade de aumentar a competitividade e a produtividade da indústria, cujo fortalecimento é fundamental para que o país consiga enfrentar a atual crise internacional. "Estamos preparados (para enfrentar a crise), mas estar preparado não significa que a solução está dada. Vamos ter que buscar solução para os desafios que estão colocados. Toda a solução econômica passa por uma instância política e uma negociação política", disse ontem o ministro, após participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado, em Brasília.

"Há uma crise internacional, mas não haverá outro país que melhor poderá sair dela do que o nosso. Não faço essa avaliação com otimismo exagerado, mas pela simples análise dos dados que temos", disse o ministro.

Segundo Pimentel, o **Brasil** tem as melhores condições no mundo para superar a atual crise econômica mas, para isso, precisa fortalecer a indústria nacional para enfrentar a disputa "predatória" com os produtos estrangeiros. Para o ministro, essa condição brasileira para superar os efeitos da crise decorre do sucesso da aplicação da política fiscal. "Somos um dos poucos países do G20 com déficit nominal abaixo de 2% (do Produto Interno Bruto - **PIB**). Há cinco ou seis países do mundo que têm esse emblema para mostrar", afirmou. "Temos responsabilidade fiscal acima da média dos outros países", completou Pimentel.

Exportações

PIMentel defendeu também a redução do percentual obrigatório de 80% de **exportações** para que sejam criadas zonas de Processamento de **Exportação** (ZPEs). Segundo ele, o atual índice inviabiliza a criação das ZPEs. As ZPE são áreas de livre **comércio**, destinadas à instalação de empresas voltadas para a **produção** de bens exclusivos para **exportação**. Elas estão instaladas nas regiões menos desenvolvidas do país, com o objetivo de reduzir

desequilíbrios regionais e dispensadas da obtenção de licenças de órgãos federais.

"A gente tem que discutir essa questão das ZPEs à luz da nova realidade do **comércio** internacional, porque 80% é um percentual muito alto e nenhuma empresa brasileira, quase nenhuma, consegue **exportar** hoje 80% da sua **produção**. Então, se mantivermos essa posição, que é da lei original das ZPEs, que tem mais de 30 anos, nós inviabilizamos a criação de qualquer Zona de Processamento de **Exportação**", disse o ministro.

Perguntado sobre qual seria, então, o índice adequado, Pimentel preferiu não citar um novo patamar e disse que o setor deve participar da discussão. Hoje, existem 22 ZPEs aprovadas por decreto presidencial, sendo que 7 passam pelo processo de alfandegamento pela Receita Federal para conseguirem o alvará de funcionamento.

EMPREGO E PRODUÇÃO

Em São Paulo, Fiesp revisa as projeções de expansão para baixo

As perspectivas para a indústria paulista para os próximos meses estão menos otimistas. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a crise deve ter reflexos no **Brasil** e diminuir a atividade e o emprego industrial até o final do ano. "Vem tempo ruim à frente", diz o diretor titular do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp, Paulo Francini. O Sensor é uma pesquisa da Fiesp que visa medir o grau de confiança da indústria, antecipando tendências. Para Francini, a instabilidade pelo qual passam os **mercados** neste momento - em meio a preocupação com a retomada econômica nos EUA e Europa - deve impactar negativamente a indústria nos próximos meses, o que levou a Fiesp a reduzir para 2,5% a estimativa de alta do Indicador do Nível de Atividade (INA) em 2011, contra previsão anterior entre 3% e 3,5%. "A indústria deve perder fôlego, e o emprego vai sentir isso. Não me surpreenderia se (o emprego) entrasse em território negativo".

PROJEÇÕES

2,5% é a estimativa da Fiesp para a alta do Nível de Atividade em 2011.

3% a 3,5% era a projeção anterior da federação, agora, menos otimista.

0,3% foi a alta do nível de atividade em julho na comparação com junho.

Estamos preparados, mas estar preparado não significa que a solução está dada.

Vamos ter que buscar solução para todos os desafios

Fernando **Pimentel** Ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Camex reduz imposto de três <u>mercadorias</u> do <u>Mercosul</u> que não são fabricadas no Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

IMPORTAÇÕES

A Câmara de **Comércio** Exterior reduziu o imposto de **importação** de três **mercadorias** a pedido de empresários brasileiros. A medida vale por seis meses e atinge produtos que não são fabricados no país como papel couchê, cuja

alíquota caiu de 14% para 2%; flanges de aço, utilizadas na construção de reatores, e chapa grossa de aço carbono, para **produção** de tubos, cujas alíquotas caíram de 12% para 2%.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO SUFRAMA e FAPEAM realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Projetos de produtos e serviços com caráter inovador e de interesse para o desenvolvimento sustentável da região podem ser inscritos, até o dia 30 de setembro, na seleção do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos. As propostas escolhidas irão garantir participação na maior vitrine de produtos e serviços da região, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro, em Manaus (Amazonas).

O Salão de Negócios Criativos é uma realização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Em sua terceira edição, o Salão é uma das atrações da FIAM 2011 e tem por finalidade viabilizar a transferência de capital para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional. Em sua programação consta a realização do Fórum de Investidores e Exposição de Propostas de Negócios.

Podem participar da seleção de propostas empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As linhas de interesse preferenciais são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias); turismo e outros segmentos na área de biotecnologia, software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e gás, telecomunicações, mineração e eletrônica.

A equipe técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) atuará como parceira nas fases de seleção e enquadramento das propostas apresentadas para verificar o cumprimento de todos os requisitos. Em uma etapa posterior, os planos de negócios serão avaliados por uma Comissão de Seleção Multi-institucional constituída por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) por intermédio do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide) e da própria SUFRAMA. Entre os critérios de avaliação destaque para adequação do projeto à política de desenvolvimento regional da SUFRAMA; potencial mercadológico do produto/serviço; e mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Serão selecionadas 15 propostas. As inscrições podem ser feitas no protocolo da sede da Fapeam, situada à Travessa do Dera, s/nº, Flores, no horário das 9h às 13h. Os interessados devem ler o edital completo do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos disponível na página eletrônica da Fapeam (<http://www.fapeam.am.gov.br/edital.php?cod=178>) e realizar os procedimentos indicados no item sete. O resultado será divulgado no dia 14 de outubro.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO SUFRAMA e FAPEAM realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Projetos de produtos e serviços com caráter inovador e de interesse para o desenvolvimento sustentável da região podem ser inscritos, até o dia 30 de setembro, na seleção do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos. As propostas escolhidas irão garantir participação na maior vitrine de produtos e serviços da região, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro, em Manaus (Amazonas).

O Salão de Negócios Criativos é uma realização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Em sua terceira edição, o Salão é uma das atrações da FIAM 2011 e tem por finalidade viabilizar a transferência de capital para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional. Em sua programação consta a realização do Fórum de Investidores e Exposição de Propostas de Negócios.

Podem participar da seleção de propostas empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As linhas de interesse preferenciais são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias); turismo e outros segmentos na área de biotecnologia, software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e gás, telecomunicações, mineração e eletrônica.

A equipe técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) atuará como parceira nas fases de seleção e enquadramento das propostas apresentadas para verificar o cumprimento de todos os requisitos. Em uma etapa posterior, os planos de negócios serão avaliados por uma Comissão de Seleção Multi-institucional constituída por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) por intermédio do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide) e da própria SUFRAMA. Entre os critérios de avaliação destaque para adequação do projeto à política de desenvolvimento regional da SUFRAMA; potencial mercado lógico do produto/serviço; e mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Serão selecionadas 15 propostas. As inscrições podem ser feitas no protocolo da sede da Fapeam, situada à Travessa do Dera, s/nº, Flores, no horário das 9h às 13h. Os interessados devem ler o edital completo do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos disponível na página eletrônica da Fapeam (<http://www.fapeam.am.gov.br/edital.php?cod=178>) e realizar os procedimentos indicados no item sete. O resultado será divulgado no dia 14 de outubro.

	VEÍCULO GOVERNO DO AMAZONAS / SITE		EDITORIA
	TÍTULO Embaixador da Turquia anuncia interesse de empresários turcos em investir no Polo Industrial de Manaus		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O vice-governador do **Amazonas**, José Melo, recebeu na sede do Governo, na manhã desta terça-feira (30), o embaixador da Turquia, Ersin Erçin, que cumpre agenda de visitas na capital do Estado. O desempenho do Polo Industrial de **Manaus** (PIM) despertou o interesse do embaixador, que prevê trazer até novembro deste ano um grupo de investidores turcos a **Manaus** para conhecer oportunidades de investimentos.

Para José Melo, entre os principais setores com potencial para atrair investidores no **Amazonas** está o mineral, que está em expansão no Estado, com o gás natural e as reservas de petróleo. Há também novas oportunidades viáveis economicamente na exploração sustentável dos recursos naturais, pontuou o vice-governador. “O nosso Estado desperta o interesse mundial por conta das potencialidades minerais, naturais e da biodiversidade”, destacou. José Melo também afirmou que há potencial para parcerias entre o **Amazonas** e a Turquia para fomentar o setor do turismo. “A Turquia é um dos países mais visitados do mundo, porque sustenta uma tradição histórica. Já no **Amazonas** o forte é o ecoturismo. Temos muito que aprender com eles”, frisou.

O embaixador Ersin Erçin destacou que há interesse da Turquia na instalação de fábricas de materiais de construção no **PIM** e na construção de hotéis em **Manaus**. “Um dos problemas para que as empresas turcas possam penetrar no **mercado** brasileiro são os impostos muito altos. Mas, aqui, nesta área do Polo Industrial de **Manaus**, todos os impostos são reduzidos. Por isso que o **Amazonas** tem uma

superioridade extremamente **importante** para construir negócios”, afirmou Ersin.

As discussões sobre investimentos no **Amazonas** devem avançar no mês de outubro, quando está prevista a visita da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à Turquia. “Esse encontro será a oportunidade de discutir os negócios que serão implementados no **Brasil** e no **Amazonas**”, acredita o embaixador. O côsul honorário da Turquia em **Manaus**, Atila Yurtsever, será o articulador das negociações e intercâmbios entre o Estado do **Amazonas** e o país euro-asiático.

Ersin ressalta que a Turquia registrou, neste ano, um crescimento econômico de 11%. O setor industrial é um dos responsáveis por esse progresso positivo de visibilidade mundial. Para a troca de experiências e o fomento de novas parcerias, o embaixador e José Melo esperam promover o intercâmbio entre acadêmicos da Universidade Estadual do **Amazonas** (UEA) e da Turquia.

“A proposta do Governador Omar Aziz é reunir na Cidade Universitária, que será construída em Iranduba, várias universidades mundiais para que possam desenvolver atividades de conhecimento, aprendizagem e ensino e, ao mesmo tempo, agregar valores à UEA. Dessa maneira vamos construir a primeira universidade multinacional do mundo”, disse José Melo.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Medida fiscal cria condições para baixar juro, diz ministro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ao mesmo tempo em que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central inicia sua reunião, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, acaba de afirmar que está "forçando para que o Copom balize de forma adequada a nossa elevada taxa de juro".

Em linguagem cautelosa, Pimentel afirmou que o "fortalecimento fiscal" anunciado ontem pelo governo "vem para criar condições para a queda da taxa de juro, se não agora, ao menos para um futuro próximo".

Pimentel participa agora de sessão na Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado.

A reunião do Copom, já iniciada nesta terça-feira (30), ocorre em meio a dia de protestos sindicais em frente a sede do BC.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) iniciou concentração no BC às 11h, e neste momento faz ato pela redução da Selic, atualmente em 12,5% ao ano.

Mais tarde, às 15 horas, será a vez da Força Sindical iniciar manifestação pelo corte dos juros, em protesto liderado por seu presidente, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho. A reunião do Copom termina amanhã.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Dilma quer prioridade no fim dos apagões no AM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A informação é da ministra da Casa Civil. Governo Federal tem R\$ 600 milhões para investir na área de energia do Estado

ANTÔNIO PAULO

A ministra Gleisi Hoffmann durante encontro com senador Eduardo Braga (segundo à direita) discute propostas para serem executadas no Amazonas (Roque de Sá - Agência Tempo)

A presidente Dilma Rousseff determinou ao Ministério de Minas e Energia, à Casa Civil e à Eletrobras prioridade absoluta e imediata para resolver os apagões e racionamentos de energia na capital e no interior do Amazonas.

Com investimentos de aproximadamente R\$ 600 milhões, este ano, Dilma quer que até à Copa do Mundo, Manaus não esteja mais queimando óleo combustível e que tenha uma energia interligada ao sistema nacional ou de ciclo combinado de gás natural, ou seja, que Manaus tenha energia limpa.

Essa determinação foi transmitida ontem pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

O cronograma com as ações e investimentos em energia elétrica no Estado serão apresentados amanhã ao governador Omar Aziz pela direção da Eletrobras e Amazonas Energia.

A entrega das obras está prevista para o final de 2012 porque o sistema tem que estar implantado no ano seguinte. Essa é a ordem de Dilma Rousseff, de acordo com Gleisi.

“Para nós, essa prioridade da presidente Dilma muda o patamar de discussão dentro do próprio Ministério de Minas e Energia. A ordem é que o Amazonas tenha energia de qualidade, em abundância, mais abarata e ambientalmente correta”, comemorou Eduardo Braga ao deixar o Palácio do Planalto.

Em Manaus, será implementada uma nova usina de ciclo combinado a gás de 600 mega watts, novas subestações e um anexo de distribuição de alta tensão de 130 kV a 240

kV. S “Isso vai resolver o problema de superaquecimento e subdimensionamento dos sistemas de energia de toda a cidade”, explica Braga.

As usinas do Seringal Mirim, Cidade Nova, Ponta do Ismael/Aparecida, Distrito Industrial e subestação Jaraqui serão ampliadas e incorporadas ao sistema complementar de energia. As demais subestações serão novas com um cronograma de entrega até dezembro do ano que vem.

No “pacote energético” de Dilma também consta a entrega, até 2013, da linha de transmissão que interligará o Amazonas ao restante do País, por meio da usina de Tucuruí, no Pará.

De acordo com o senador Eduardo Braga, de todo o projeto, ficará de fora apenas a parte que vai beneficiar a implementação da indústria de potássio e silvinita em Nova Olinda, Autazes e regiões adjacentes, que será feita por meio de uma linha de transmissão, ligando esse sistema ao de Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho/Rondônia.

Na avaliação de Braga, esse conjunto de investimentos previstos para 2011 traz soluções de curto, médio e longo prazos para os apagões e racionamentos em Manaus.

Ele diz que há necessidade de reformar, melhorar e ampliar a rede elétrica que é muito antiga assim fazer o redimensionamento dos circuitos que acontecerão quando forem inauguradas as subestações o que levará à diminuição da sobrecarga de energia.

Municípios vão receber 96 geradores

Os municípios do interior do Amazonas também estão incluídos no mega projeto de energia elétrica da Eletrobras e Amazonas Energia.

Informações repassadas ontem ao senador Eduardo Braga dão conta que a partir de setembro até fevereiro de 2012 serão instalados 96 grupos geradores, com 80 MW, e 67 usinas termelétricas nos municípios amazonenses somente nas áreas urbana.

Nas comunidades rurais, pelo Programa “Luz para Todos”, será implantando um programa-piloto uma usina hidrelétrica que não é movida por queda d’água, mas por

correnteza de rio, a chamada “energia cinética” que por meio de um bulbo entra em funcionamento.

“Vai ser feito um teste, um projeto-piloto entre o final deste ano e início do ano que vem. Se esse sistema aprovar, será uma solução fantástica para muitas das nossas comunidades”, disse Braga.

O projeto de implantação das usinas movidas a gás está em andamento nos Municípios de Caapiranga, Codajás, Anori e Anamã. Somente os projetos de Coari e Manacapuru estão fora do cronograma da transmissão de energia a gás.

Transformadores

A Eletrobras e **Amazonas** Energia estão fazendo análises em um centro de pesquisa tecnológica (Cefel) para verificar se os transformadores utilizados na cidade de **Manaus** são danificados por sobrecarga ou por defeitos de fabricação. Se constatado problema de fábrica, haverá substituição imediata dos equipamentos.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Ministro garante manutenção de incentivos da <u>ZFM</u> no 'Plano <u>Brasil</u> Maior'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

“Essa nossa preocupação já está impressa nas Medidas Provisórias do Plano Brasil Maior encaminhadas ao Congresso”, disse Fernando Pimentel

Fernando Pimentel (Divulgação)

O ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (**MDIC**), Fernando Pimentel, garantiu na manhã desta terça-feira (30/8) que os incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus serão totalmente mantidos dentro da nova política industrial do País, apresentada recentemente no Plano Brasil Maior pela Presidente Dilma Rousseff.

O ministro esteve em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, a convite da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para falar da atual política de desenvolvimento produtivo.

Questionado pela senadora sobre a interface da nova política industrial com o Polo Industrial de Manaus, Pimentel assegurou que há uma forte preocupação do Governo para que não ocorra quebra nos incentivos dados à Zona Franca de Manaus.

“Essa nossa preocupação já está impressa nas Medidas Provisórias do Plano Brasil Maior encaminhadas ao Congresso. E o que ainda não tiver sido contemplado, mas for necessário para manter a competitividade do Polo Industrial de Manaus, será feito”, assegurou o ministro, dizendo que considera o PIM

um polo preservacionista, e por isso de extrema importância também no que se refere à questão ambiental.

Pimentel disse que o Brasil está diante da possibilidade de tirar proveito de uma mudança de paradigmas sem precedentes. Ele citou três circunstâncias que revelam essa mudança: pela primeira vez no mundo um único país –China- é capaz de produzir a preços inferiores à media internacional; o dólar está deixando de ser o padrão monetário internacional; e a dinâmica do consumo hoje passou a ser ditada pelo grupo de países emergentes, entre eles o Brasil.

Para o ministro a conjugação dessas três mudanças cria um novo modelo de nação hegemônica, que depende de quatro fatores: mercado interno forte, recursos naturais abundantes, possibilidades tecnológicas e segurança institucional. Requisitos que, de acordo com ele, o Brasil possui.

“O Brasil tem todas as condições para se colocar no cenário das nações líderes, mas precisa vencer desafios de curto prazo”, disse Pimentel. Um desses desafios, na avaliação do ministro, é a recuperação da competitividade da indústria nacional. “Nenhuma nação líder se constrói sobre uma indústria fraca”, ressaltou, defendendo a passagem do ambiente industrial do século 20 para o paradigma do século 21.

	VEÍCULO IG NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Camex reduz imposto de três produtos do <u>Mercosul</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Câmara de Comércio Exterior diminuiu alíquota de papel couchê, flanges de aço e chapa grossa de aço carbono

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu a alíquota do imposto de importação de três mercadorias do Grupo Mercosul. A redução foi solicitada por empresários brasileiros da indústria para produtos que não são fabricados no país. “A decisão foi tomada após consulta às entidades de classe para comprovar o desabastecimento interno”, diz nota à imprensa.

Foram reduzidos de 14% para 2%, o imposto de papel couchê, utilizado para a produção de rótulos de bebida, e de

flanges de aço, utilizadas na construção de reatores em refinarias de combustíveis. A medida vale por seis meses e possui quantidade pré-estabelecida de importação. Serão permitidos o embarque interno de 2,5 mil toneladas de papel couchê e 90 toneladas de flanges.

Também foi beneficiada com a redução do tributo a importação de chapa grossa de aço carbono usada para produção de tubos. A alíquota caiu de 12% para 2%. A medida vale até o dia 31 de dezembro deste ano. A cota de importação do produto é de 4 mil toneladas.

A medida entrou em vigor hoje (30) com a publicação no Diário Oficial da União.

	VEÍCULO PORTAL D24AM		EDITORIA
	TÍTULO Basa e Afeam dipõem de mais de meio bi em microcrédito		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De janeiro a julho, as duas entidades concederam R\$ 17,3 milhões em microcréditos no Amazonas. A Afeam possui a maior participação com um estoque de crédito de R\$ 17 mi.

Manaus - A Agência de Fomento do Estado do **Amazonas** (Afeam) e o Banco da **Amazônia** estimam ofertar até o fim deste ano R\$ 580 milhões em microcrédito para as pessoas que desejam investir no próprio negócio. O aporte maior está sendo prometido pelo Banco da **Amazônia**, que pretende dispor R\$ 550 milhões até dezembro. Já a Afeam garantiu que tem R\$ 30 milhões em caixa para oferecer até o fim do ano.

De janeiro a julho, as duas entidades concederam R\$ 17,3 milhões em microcréditos no **Amazonas**. A Afeam possui a maior participação com um estoque de crédito de R\$ 17 milhões nesse período alocados na capital e no interior. O programa de microcrédito do Banco da **Amazônia** teve início esse ano no Estado e até julho emprestou R\$ 300 mil a 322 beneficiários.

O resultado da Afeam está bem abaixo do aplicado no mesmo período do ano passado, quando foram alocados R\$ 46 milhões. "Vale ressaltar que em 2010 as operações de crédito da Afeam foram antecipadas para atender às exigências do Tribunal **Regional** Eleitoral, devido às eleições vigentes", informou a assessoria de comunicação.

A entrada de outros bancos em ações itinerantes de crédito no Estado trouxe mais recursos do que no ano passado, afirma o presidente da Afeam, Pedro Falabella. "Por isso, a previsão orçamentária foi menor esse ano", pondera. A agência estima a aplicação de R\$ 30 milhões em 2011.

Os investimentos são destinados a todos os setores da economia, na capital e no interior do Estado, porém, Falabella destaca o crescimento do setor de **comércio** e serviço no interior do **Amazonas**.

Condições

Na Afeam, os valores disponibilizados variam entre R\$ 200 e R\$ 7.500 e podem ser obtidos por pessoas físicas, com juros de 7% ao ano (0,57% ao mês). Sobre os juros incidirão bônus de adimplência de 25%, concedidos, exclusivamente, se

o mutuário pagar as parcelas do financiamento até a data de vencimento. Os créditos podem ser utilizado para capital de giro, reforma de instalações e aquisição de equipamentos, entre outros.

Para obter o financiamento da Agência, é necessário não ter restrições cadastrais, residir no município há mais de dois anos, comprovar experiência na atividade, e no caso de financiamento para capital de giro, além dessas exigências será necessário a apresentação de um avalista, exceto para os clientes que fazem parte do Cadastro Positivo da Afeam.

A iniciativa é destinada aos microempreendedores informais que queiram desenvolver os negócios dentro das comunidades da área urbana de **Manaus**. "Estamos atuando principalmente na zona leste da capital onde estão localizados grande parte dos microempreendedores informais", afirma o supervisor de microfinanças urbanas do Banco da **Amazônia**, Armando Vasconcelos.

Para a concessão do crédito, é formado um grupo de 4 a 8 microempreendedores que se conheçam para serem avalistas uns dos outros. O grupo fica responsável pelos créditos obtidos por cada um. Caso algum deles não pague, os outros integrantes do grupo devem arcar para não perderem os benefícios.

As faixas de valores variam de R\$ 300 a R\$ 6 mil, com uma taxa de juros de 3,8% ao mês, além da taxa de abertura de crédito. O programa inclui crédito para capital de giro, destinado para compra de matéria prima, **mercadorias** e insumos para a **produção**; Investimento (máquinas, equipamentos, pequenas ferramentas, pequenas reformas, etc.) e misto (capital de Giro + investimento).

A pelo menos duas semanas, o DIÁRIO vem entrando em contato com a Caixa Econômica e com o Banco do **Brasil** para obter dados sobre os valores destinados às linhas de microcrédito, mas as duas instituições não repassaram as informações solicitadas.

	VEÍCULO PORTAL SUFRAMA		EDITORIA
	TÍTULO SUFRAMA e FAPEAM realizam seleção para Salão de Negócios Criativos da FIAM 2011		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Projetos de produtos e serviços com caráter inovador e de interesse para o desenvolvimento sustentável da região podem ser inscritos, até o dia 30 de setembro, na seleção do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos. As propostas escolhidas irão garantir participação na maior vitrine de produtos e serviços da região, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro, em Manaus (Amazonas).

O Salão de Negócios Criativos é uma realização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Em sua terceira edição, o Salão é uma das atrações da FIAM 2011 e tem por finalidade viabilizar a transferência de capital para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional. Em sua programação consta a realização do Fórum de Investidores e Exposição de Propostas de Negócios.

Podem participar da seleção de propostas empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As linhas de interesse preferenciais são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias); turismo e outros segmentos na área de biotecnologia, software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e gás, telecomunicações, mineração e eletrônica.

A equipe técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) atuará como parceira nas fases de seleção e enquadramento das propostas apresentadas para verificar o cumprimento de todos os requisitos. Em uma etapa posterior, os planos de negócios serão avaliados por uma Comissão de Seleção Multi-institucional constituída por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) por intermédio do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide) e da própria SUFRAMA. Entre os critérios de avaliação destaque para adequação do projeto à política de desenvolvimento regional da SUFRAMA; potencial mercadológico do produto/serviço; e mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Serão selecionadas 15 propostas. As inscrições podem ser feitas no protocolo da sede da Fapeam, situada à Travessa do Dera, s/nº, Flores, no horário das 9h às 13h. Os interessados devem ler o edital completo do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos disponível na página eletrônica da Fapeam (<http://www.fapeam.am.gov.br/edital.php?cod=178>) e realizar os procedimentos indicados no item sete. O resultado será divulgado no dia 14 de outubro.

	VEÍCULO PORTAL <u>SUFRAMA</u>		EDITORIA
	TÍTULO Selo Amazônico é divulgado em evento no Pará		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Lisângela Costa

Membros da coordenação do programa de Avaliação da Conformidade para produtos Manufaturados com Matéria-Prima da **Amazônia** Brasileira, mais conhecido como Selo Amazônico, participaram nesta terça-feira (30) da Reunião **Regional** e Orçamentária – Norte, da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ/Inmetro), que acontece em Belém (Pará). O objetivo foi divulgar o projeto, idealizado pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (SUFRAMA)** e que conta com a parceria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), órgão responsável por acreditar o programa.

A execução do projeto está a cargo da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) por meio do Comitê Selo Amazônico. A participação da coordenação do Comitê na reunião marcou o início dos trabalhos de divulgação do programa nos Estados da **Amazônia** Brasileira (Acre, **Amazonas**, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

De acordo com a coordenadora do projeto pela **Fucapi**, Hyelen Gouvêa, o resultado foi extremamente positivo. Representantes dos Institutos Estaduais de Pesos e Medidas (IPEMS) do Amapá, **Amazonas**, Pará, Rondônia e Roraima demonstraram interesse em marcar reuniões para

divulgação do projeto em seus Estados. “A adesão por parte dos IPEMs foi dentro do esperado. Agora, vamos dar andamento ao processo e providenciar o agendamento das novas reuniões o quanto antes a fim de firmar novas parcerias”, disse a coordenadora, ressaltando que “através dessa certificação poderá ser feito um melhor **monitoramento** de matéria-prima, minimizando assim a depreciação da marca ‘**Amazônia**’ e tudo o que está por trás dela”.

O projeto Selo Amazônico foi criado com o intuito de agregar valor aos produtos da região Amazônica, visando garantir o **monitoramento** quanto à qualidade, segurança, requisitos ambientais, econômicos, sociais e procedência da matéria-prima. No mês de julho, foi firmado termo de cooperação técnica entre a **SUFRAMA** e o INMETRO para a criação do Programa de Certificação de Produtos da **Amazônia** Brasileira.

A Reunião **Regional** e Orçamentária Norte, da RBMLQ/Inmetro, é o evento de maior visibilidade do setor na **Amazônia** e visa promover a divulgação, discussão e troca de informações sobre temas relacionados à metrologia, normatização e qualidade industrial.

	VEÍCULO B.ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Associação capacita deficientes auditivos para área de TI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), em fevereiro, comemorou o início das aulas de formação em tecnologia da informação de uma turma de pessoas com deficiência auditiva, em parceria com a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Derdic - PUC-SP). Agora, em agosto, mais 50 jovens iniciaram o programa de capacitação voltado para esta área.

A iniciativa partiu das próprias associadas da Brasscom, empresas de tecnologia da informação com mais de mil funcionários, que precisam se adequar para cumprirem a lei de cotas, mas que estavam com dificuldade em encontrar mão-de-obra qualificada. A solução: buscar parcerias para dar treinamento às pessoas com deficiência interessadas na área.

Assim, a Brasscom buscou entidades especializadas no atendimento nessa área, e ajudou a Derdic a obter todas as certificações junto ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Educação, além de regularização fiscal para realizar este trabalho. Ainda, com o apoio de técnicos e especialistas em Tecnologia da Informação (TI), montou cinco cursos diferentes na área de TI e um voltado para gastronomia. O esforço levou quase dois anos.

Atualmente, as empresas contratantes estão recebendo cursos de sensibilização e preparação para receber as pessoas com deficiência. "Os setores que receberão estes

profissionais também precisam ser qualificados e áreas inteiras da companhia estão parando suas atividades durante um período para isso", explica Sérgio Sgobbi, diretor de Educação e RH da Brasscom.

Segundo Sgobbi, este é um projeto inovador porque a Derdic tem realizado um atendimento individualizado das pessoas a serem qualificadas. "A Derdic conhece as pessoas envolvidas no programa de qualificação, muitos foram alfabetizados lá, o que significa que conhecem a história dessas pessoas, seus perfis e suas dificuldades familiares, o que ajuda na resolução de eventuais problemas pessoais".

O novo desafio da Brasscom, de acordo com Sgobbi, é qualificar e envolver outras modalidades de deficiências, conforme exigência do Ministério do Trabalho. A associação já planeja investir na formação de pessoas com deficiência visual, que com a ajuda de softwares adequados podem trabalhar com computadores e sistemas normalmente. "As pessoas com deficiência visual têm alto nível de concentração. Temos visto o aumento do número de cegos analistas de sistemas. As empresas terão de se adaptar, colocar sistema de voz nos elevadores, apoio em braile em suas instalações, entre outras. Mas estamos trabalhando para isso".